



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

<b>Ata do 6º Encontro Regional da CGJ – Biênio 2019-2020</b>	
Tema	Audiência Pública na Comarca de Uruaçu-GO abrangendo as Comarcas da 12º e 13º Regiões (Estrela do Norte, Formoso, Minaçu, Porangatu, São Miguel do Araguaia, Campinorte, Mara Rosa, Niquelândia)
Data e hora	14/02/2020, 08 horas
Local	Auditório do Tribunal do Juri do Fórum de Uruaçu-GO
Secretário	Kenedy Augusto Batista Pereira e Ana Paula Saad Canêdo Machado
Participantes da Mesa Diretora	<p><b>Audiência Interna com os Magistrados e Servidores</b> Desembargador KISLEU DIAS MACIEL FILHO - Corregedor-Geral da Justiça ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Presidente da Comissão Organizadora de Encontros Regionais Dr. DONIZETE MARTINS DE OLIVEIRA - 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. ALGOMIRO CARVALHO NETO - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. CLAUDIO HENRIQUE ARAÚJO DE CASTRO – Juiz Auxiliar da Presidência do TJGO Dr. LEONARDO NACIFF BEZERRA – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Uruaçu-GO Dra. LAURA RIBEIRO, Juíza de Direito, representando a ASMEGO</p> <p><b>Audiência Pública Externa</b> ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS - 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria e Coordenador da Comissão Organizadora de Encontros Regionais, representando o Corregedor-Geral da Justiça Dr. ALGOMIRO CARVALHO NETO - 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça Dr. LEONARDO NACIFF BEZERRA – Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Uruaçu-GO Dr. AFONSO ANTÔNIO GONÇALVES FILHO - Promotor de Justiça e Coordenador das Promotorias de Uruaçu-GO VALMIR PEDRO TEREZA - Prefeito Municipal de Uruaçu-GO Antônio de Souza Reis – Presidente da Câmara de Vereadores de Uruaçu-GO Dr. MARTINIANO GOMES - representando o Presidente da Subseção da OAB de Uruaçu-GO</p>

### PROGRAMAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL

#### **Quinta-Feira (13/02/2020):**

Cursos:



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

- SistemaPJD: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA – Divisão de Gerenciamento do PJD;
- Gestão das Serventias Utilizando o Sistema Controle: FELIPE AIRES GONÇALVES VIEIRA – Assessoria Correicional CGJ;
- Contadoria: MARCELO TIAGO DA SILVA;
- Curso do Extrajudicial para a Atividade Judicial: SUZANA ESTEVAM DE ALMEIDA.

### **Palestra:**

- “O Novo CPC. Inovações. Cooperação. Aplicação a outros ramos processuais (Processo Penal, Processo Administrativo e Processo Eleitoral)”, ministrada por ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS, 3º Juiz Auxiliar da Corregedoria.

### **Reuniões:**

- Reunião do Extrajudicial com todas as serventias da 12º e 13º Região, presidida pelo Dr. ALGOMIRO CARVALHO NETO, 2º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

### **Sexta-Feira (14/02/2020):**

#### **Cursos:**

- Sistema Controle da CGJ, ministrada por FELIPE AIRES GONÇALVES VIEIRA – Assessor Correicional da CGJ.
- Sistema PROAD - ministrada HUDSON CÂNDIDO RODRIGUES;, servidor da CPE da CGJ
- Mediação e Conciliação Judicial – Atuação Institucional dos CEJUSC's, ministrada por JACKSON DE SOUSA SANTOS.

#### **Palestras:**

- “Perícia Criminal”, ministrada por MARCELO DE CASTRO, Coordenador Regional da Polícia Técnico Científica da Secretaria de Estado da Segurança Pública;
- “Sistema Controle da Corregedoria Geral da Justiça”, ministrada por DOMINGOS DA SILVA CHAVES JUNIOR – Diretor de TI da CGJ
- “Orçamento Participativo”, ministrada por .IRISMAR DANTAS DE SOUZA, Diretor Financeiro do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- “SAU – Serviço de Atendimento ao Usuário”, ministrada pelo KENEDY AUGUSTO BATISTA PEREIRA, Assessor Responsável pelo Serviço de Atendimento ao Usuário da CGJ.

#### **Reuniões:**

- Reunião Interna com os Magistrados e Servidores, no turno matutino, presidida pelo Desembargador KISLEU DIAS MACIEL FILHO, Corregedor-Geral da Justiça;
- Audiência Pública aberta a Sociedade no turno vespertino, presidida pelo Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho, Corregedor-Geral da Justiça.

### **DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO INTERNA**

1. FABRÍCIO DUARTE, Presidente do SINDJUSTIÇA fez três indagações:(a) turno único no Tribunal de Justiça; (b) carência de servidores e os plantões



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

judiciários (c) esclarecimentos sobre a possibilidade de haver a instituição de um auxílio saúde para os servidores e como é possível aprimorar a arrecadação de custas pelo TJGO. Em resposta, (a) sobre o Turno Único: O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO e Dr. CLÁUDIO CASTRO, Juiz Auxiliar da Presidência informaram que as tratativas para a implantação de turno único no Poder Judiciário tem sido conduzidas com transparência e de forma democrática pela Presidência do TJ. Contudo, ainda não houve uma definição do horário. E haverá uma reunião no dia 30/03/2020, aberta à participação de servidores, magistrados e advogados para a discussão e definição. Plantão Judiciário – Já existe ato normativo disciplinando o plantão (Resolução nº 102 e nº 108 do TJ). E encontra-se em estudo por uma comissão composta de magistrados e servidores (prevista nos atos normativos) a implantação de um projeto de Plantão Estadual composta por servidores com vinculação exclusiva. O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO, sugeriu que a votação seja feita em novembro/2020, com tempo hábil para a implantação do Projeto do Plantão Judiciário Estadual e com possibilidade de compor uma equipe de transição para que o trabalho continue a ser implantado sem atropelos. IRISMAR DANTAS, Diretor Financeiro, esclareceu que há estudos sendo feitos para o corte de empenhos que não estão sendo executados e a utilização dessa verba para o pagamento de auxílio ao servidor. Sobre o aprimoramento da arrecadação de custas, Dr. CLÁUDIO CASTRO e UBIRATAN ALVES BARROS (Assessor Correicional) ponderaram que há projetos em curso com esse intuito.

2. MOISÉS RODRIGUES ABDALLA, Presidente do SINDOJUS – Solicitou acesso para os Oficiais de Justiça ao PJD; Conclamou o apoio da Direção do Poder Judiciário aos servidores que estão com direitos ameaçados, além de solicitar a atualização dos valores de pagamento de locomoção aos Oficiais de Justiça.
3. Dr. ANDRÉ REIS LACERDA, Dr. ANDREY MÁXIMO FORMIGA e Dra. LAURA RIBEIRO Juízes de Direito, enfatizaram que a observância de critérios para concessão de gratuidade da justiça é muito mais rigorosa no 1º grau, com a análise detida da situação objetiva em cada processo. E que isso é sempre modificado quando o recurso chega ao Tribunal de Justiça e às Turmas Recursais, onde a concessão é mais “benevolente”.
4. Além dos Juízes, houve consenso entre os componentes da mesa diretora acerca da necessidade de estabelecer critérios objetivos para a concessão do benefício.
5. **O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO se comprometeu a estudar uma forma de sensibilizar os integrantes do Tribunal de Justiça e das Turmas Recursais sobre a necessidade de maior rigor na avaliação dos critérios de concessão de gratuidade da justiça.**
6. Servidores e os Juízes (Dr. LEONARDO e Dra. GEOAVANA) apresentaram a mesma reclamação sobre as condições precárias do prédio do Fórum. Enfatizaram que não sequer cela para os presos que são trazidos para



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

audiências, o que coloca em risco a segurança de servidores, magistrados e jurisdicionados. Informaram também que á dois PROAD 70783 apenso 21753 PROADS sobre a reforma do Fórum de Uruaçu

7. **O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO**, apesar de não ser atribuição da Corregedoria, se comprometeu a olhar a tramitação dos citados PROADS.
8. **CRISTIANE DIAS DE OLIVEIRA**, escritã (1º do Cível) da Comarca de Uruaçu, reclamou da internet, que também é precária e o servidor Leocan, que trabalha com TI no Fórum da Comarca de Uruaçu enfatizou que há risco de incêndio no prédio por sobrecarga na rede elétrica.
9. **LUCICLÉIA DOS SANTOS SILVA**, servidora e representante regional do Sindjustiça reclamou da estrutura do prédio, das condições precárias de trabalho e da incidência de doenças mentais entre os servidores da região norte. Sugere a regionalização da assistência médica do TJ a fim de facilitar o acesso dos servidores da 12ª e 13ª Regiões Judiciárias.
10. Dr. **LEONARDO NACIFF** sugeriu que, para não perder o terreno doado pela Prefeitura, que se localiza nos fundos do prédio do Fórum e que está sendo pleiteado pela Justiça Federal, diante da inércia do TJ, seja lançada uma pedra fundamental de obras de um novo Fórum ou da reforma do prédio atual.
11. Dra. **GEOVANA MENDES BAÍA MOISÉS**, Juíza de Direito solicitou a implantação do Projeto Escuta na comarca de Uruaçu, para prevenir e inibir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Foi, então, mencionado que o 1º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça instaurará PROAD para esse fim.

### DELIBERAÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

1. Dr. **ALGOMIRO CARVALHO NETO** leu o discurso de abertura do Corregedor-Geral da Justiça, oportunidade em que destacou a preocupação da *“Corregedoria em melhorar continuamente a prestação jurisdicional, trabalhando incessantemente para garantir a todos um serviço ágil, transparente e eficaz, sem, em nenhum momento, deixar de lado o aspecto humano”*.
2. Dr. **LEONARDO NACIFF**, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Uruaçu esclareceu que a informação de que processos estariam sendo direcionados para o CEJUSC da comarca de Uruaçu com evasão de custas não retrata a realidade. Informou que tem sido observados todas as determinações legais sobre o tema.
  - 2.1 – Inclusive, o servidor do CEJUSC, **AIRTON MACHADO JUNIOR**, instado a se manifestar, destacou que os processos que tramitam no CEJUSC da Comarca de Uruaçu observam o regramento legal pertinente, não ultrapassando o limite de 40 salários-mínimos estipulados na lei, com a redução de 60% no valor das custas, determinados pelo CNJ.
  - 2.2 - Dr. **MARTINIANO GOMES** pontuou que a OAB observa que há tramitação de processos no CEJUSC sem a atuação de advogados e essa



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

prática pode prejudicar as partes na busca pela efetiva prestação jurisdicional.

2.3 – O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO esclareceu que (a) na Lei não há a exigência de atuação de advogado; (b) os processos que são submetidos ao CEJUSC são um negócio jurídico, não há briga judicial e o CEJUSC trabalha como um intermediário nas relações de compra e venda, tratando com direitos disponíveis.

3. Dr. AFONSO, coordenador das Promotorias de Uruaçu, destacou a atuação do Poder Judiciário na Comarca, que tem um grupo de servidores e magistrados comprometidos com a prestação jurisdicional célere e eficaz

4. Dr. MARTINIANO, representante da Subseção da OAB, endossou o elogio feito pelo Dr. Afonso da atuação dos servidores e magistrados e, em seguida, falou sobre a dificuldade de controle para pagamento de UHDs aos advogados dativos.

4.1 - O 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO sugeriu que a anotação seja feita em cada um dos processos em que há a atuação de advogado dativo, registrando-se a anotação em post-it no processo eletrônico pela escrivania.

5. Dr. MARTINIANO pontuou ainda a situação de Niquelândia que está há 3 anos sem Juiz Titular, contando apenas com Juiz Respondente e, apesar da atuação diligente do magistrado hoje respondendo pela comarca, não tem havido uma prestação jurisdicional célere.

**Protocolizou uma nota pública de reconhecimento dos profissionais da advocacia atuantes na Comarca de Niquelândia (documento anexo) para que sejam designados para respondência da referida comarca os magistrados ANDRÉ REIS LACERDA e LEONARDO NACIFF BEZERRA, que já atuaram nela com eficiência e celeridade.**

6. A seguir, o representante da OAB sugeriu que o Dr. LEONARDO NACIFF BEZERRA voltasse a responder pela Comarca de Niquelândia. Consultado, o magistrado afirmou que estava com bastante serviço na Comarca de Uruaçu, mas que se concordava com sua designação e se esforçaria para atuar nas duas unidades judiciárias. Em razão disso, o MM. 3º Juiz Auxiliar informou que encaminharia este acordo de vontades à Presidência, bem como uma sugestão de elogio ao Dr. LEONARDO NACIFF junto ao Conselho Superior da Magistratura pela boa vontade e disposição de auxiliar na Comarca de Niquelândia.

7. Dr. PAULO PAIVA, advogado e conselheiro da OAB da região Norte destacou que a informação de que o Tribunal de Justiça pretende transformar os Juizados Especiais da Comarca de Uruaçu em Vara é prejudicial à comunidade que precisa, na verdade, de uma vara criminal especializada ou de uma outra vara judicial em razão do volume de processos e da população da cidade. Sobre o tema, o 3º Juiz Auxiliar da CGJ, ALDO SABINO, esclareceu que há um estudo para que a providência seja efetivada. Estudo derivado de dados estatísticos obtidos nos Sistemas do Tribunal de Justiça.

8. Encerrada a Audiência Pública às 16h27min.



## PODER JUDICIÁRIO

Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Goiás  
Comissão Organizadora de Encontros Regionais

### ASSINATURAS

**Desembargador Kisleu Dias Maciel Filho**  
Corregedor-Geral da Justiça

**Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas**  
3º Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça

**Clécio Silva Marquez**  
Membro da Comissão Organizadora de Encontros Regionais

**ASSINATURA(S) ELETRÔNICA(S)**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

**Nº Processo PROAD: 202002000214454**

**ANA PAULA SAAD CANEDO MACHADO**

TÉCNICO JUDICIÁRIO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 20/02/2020 às 09:22

**ALDO GUILHERME SAAD SABINO DE FREITAS**

JUIZ DE DIREITO

GABINETE DO JUIZ AUXILIAR DA CORREGEDORIA 3

Assinatura CONFIRMADA em 20/02/2020 às 10:05